



que está em jogo com as reformas do ensino superior?¹

Juanito Alexandre Vieira*

Resumo

Esse artigo visa discutir as reformas do ensino superior brasileiro e sua relação com as necessidades impostas pelo novo padrão de acumulação do capital – a acumulação flexível – que geram uma modificação do caráter social das universidades. Nessa perspectiva, são analisados alguns documentos do Banco Mundial, que explicitam a política de reestruturação do ensino universitário.

1. As bases constitutivas da universidade brasileira

O aparecimento das universidades, em todo o mundo, sempre esteve ligado às necessidades e aspirações da sociedade em determinado momento histórico. Na Idade Média, período considerado como de invenção, a universidade criada pela Igreja Católica estava ligada ao trabalho dos copistas e tradutores, que preservavam a produção feita na antiguidade. Sua estrutura seguia um modelo corporativo ligado sempre a uma catedral católica (TRINDADE, 1999a).

¹ Esse artigo faz parte do projeto de qualificação apresentado no programa de pós-graduação em educação da UFJF em abril de 2002.
• Professor Substituto de História do Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF e da rede estadual de Minas Gerais. Mestrando em Educação pela UFJF.

Com o Renascimento, essa mesma instituição sofreu forte influência das descobertas comerciais (capitalismo comercial), do humanismo, da Reforma e também da Contra - Reforma, dando início a uma série de transformações. A forte hegemonia teológica da Idade Média acaba sendo substituída por um antropocentrismo muito forte. Esse **período de transição da universidade medieval** para a moderna teve como base o estabelecimento de uma nova relação entre as ciências e a universidade:

A entrada das ciências nas universidades vai alterar irreversivelmente a estrutura da instituição, limitada anteriormente (Idade Média) às ciências ensinadas nas faculdades de medicina e artes sob a denominação de filosofia natural" (TRINDADE, 1999a, p. 15).

No Iluminismo, a universidade, influenciada fortemente pela idéia de valorização da razão, da crítica, da liberdade religiosa e principalmente da Revolução Industrial inglesa, incorpora a ciência como parte constitutiva de sua função social. Após as descobertas da Física, Matemática, Astronomia, Química e Ciências Naturais, foram criadas as primeiras cátedras científicas, museus, laboratórios científicos e Jardins Botânicos (TRINDADE, 1999a).

A partir da Revolução Francesa, o avanço das ciências e o interesse dos governos burgueses estabelecem uma nova relação entre a universidade e o Estado. As universidades modernas passam por um enorme crescimento, que está ligado às novas descobertas científicas e a sua utilização mais elaborada no processo produtivo, fortalecendo a idéia de estado nacional.

Como se vê, a universidade sempre esteve ligada às realidades sociais vividas pelos homens ao longo de sua história. Entender a universidade como um produto social é denominá-la como uma instituição social. Isso significa que "ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada" (CHAUI, 2001a, p. 35).

No caso do Brasil, a relação construída, ao longo do tempo, entre a universidade e a sociedade parte de dois pontos prioritários: o primeiro é a **origem autoritária** brasileira, que nos possibilita entender as relações internas nas universidades e a sua função social para o Estado brasileiro; o segundo, **as mudanças apresentadas pelo novo processo de acumulação do capital**, que acaba impondo uma série de modificações na estrutura universitária nacional.

As marcas de uma sociedade colonial sustentada pela escravidão são mantidas até os dias de hoje. As relações de poder no Brasil estão marcadas por relações domésticas e familiares, em que predomina o espaço privado sobre o público. Essa forte hierarquização se expressa numa situação em que há sempre alguém que manda e um outro que obedece.

As relações domésticas, que se estabelecem ao longo da história brasileira caracterizam uma diferenciação entre a população. Há os considerados como

iguais, mantendo entre si uma relação de cumplicidade, e os considerados **diferentes**, que acabam sendo obrigados a manterem uma relação de favor, cooptação, tutela e, dependendo do grau de desigualdade social, a própria opressão. A manutenção desses poderes particulares garantidos pela “força” ou pelo “favor” acabam sendo a base para a formação da “democracia” brasileira, que, para Sérgio Buarque de Holanda:

“(...) foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos” (HOLANDA, 2000, p. 160).

A democracia – nunca implementada de maneira completa no Brasil – foi um instrumento para a classe dominante diminuir os espaços públicos e privilegiar os espaços privados. Esse esvaziamento do público e o crescimento do privado foram mecanismos importantes para a classe dominante brasileira manter o controle de sua estrutura de poder no país.

Nesse cenário, a universidade acaba sendo administrada de acordo com os interesses de uma oligarquia regional, que vê na instituição um lugar de disputa de poder e de prestígio social. A expressão dessa relação entre a universidade e a nossa origem autoritária se expressa através de algumas características essenciais. Inicialmente, há uma enorme burocratização interna, o que impede uma verdadeira circulação dos conhecimentos produzidos. Em segundo lugar, há a aceitação, por parte de alguns membros da comunidade universitária, das medidas impostas pelos dirigentes das universidades e do governo, como, por exemplo, a separação entre ensino e pesquisa, o ataque à autonomia da universidade e a redução de recursos, entre outros. Por fim, há uma forte hierarquização de poderes, o que, além de restringir a construção de espaços democráticos, é um obstáculo ao pleno funcionamento de projetos de pesquisa e da própria graduação.

Com essa política, a universidade deixa de constituir-se socialmente como um *Locus* de produção e socialização de conhecimento e de crítica necessários para o pleno desenvolvimento do homem e do país, caindo numa lógica atrasada e conservadora, o que acaba limitando-a como instituição social.

1.1. Universidade e o neoliberalismo

Além de sofrer essa forte influência autoritária, que as universidades acabam incorporando por absorção, as políticas neoliberais também são

responsáveis por inúmeras modificações na estrutura e na maneira de conceber o ensino superior. Para Marilena Chauí, a reprodução da lógica neoliberal é transmitida dentro das instituições públicas, principalmente pelo governo, mas até mesmo por membros da comunidade universitária, que, na elaboração de suas propostas de "reforma" para o ensino superior, acabam partindo dos mesmos princípios neoliberais, tais como:

"(1) aceitação da idéia de avaliação universitária sem nenhuma consideração sobre a situação do ensino fundamental e médio; (2) aceitação da avaliação acadêmica pelo critério da titulação e das publicações, com total descaso pela docência; (3) aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa a partir da idéia de "linhas de pesquisa"; (4) aceitação da idéia de modernização racionalizadora pela privatização e terceirização da atividade universitária" (CHAUÍ, 2001 a, p. 35-36).

A implementação desses princípios, enumerados por Marilena Chauí, tem como base reformar as universidades, transformando-as em organizações sociais. A introdução de critérios de avaliação idênticos aos do mercado nas instituições de ensino superior conduz a pesquisa científica para uma lógica produtivista de busca de indicadores que supostamente comprovam rendimento. A consequência é que a avaliação da pesquisa científica se reduz à titulação do professor, que em muitas vezes não significa um pleno envolvimento do professor em projetos de pesquisa.

Além de aprofundarem a crise da universidade pública, esses pontos devem ser entendidos como norteadores de uma nova concepção de autonomia, que está referenciada nos atuais interesses do capital internacional.

A idéia de autonomia, que vem do grego *"autos do nomos"*, ou seja, aquele que faz a norma, regra ou a lei para si mesmo², está ligada à garantia que a universidade tem em decidir as suas próprias normas, de maneira a respeitar a vontade de seus membros representados nos órgãos da instituição.

Na concepção neoliberal, a autonomia perde o seu significado original para ser entendida como uma forma de gerenciamento de contas e de controle de gastos. Para isso, é necessário respeitar regras e padrões de qualidade impostos pelo Ministério da Educação e pelo mercado. Segundo os defensores dessas mudanças é fundamental:

"(...) uma profunda alteração no relacionamento das universidades com o Poder Público, dando-lhes, através da autonomia plena, a flexibilidade necessária para enfrentar a crise que lhes está retirando

2 A idéia de autonomia ligada a "aquele que faz para si mesmo" não deve ser confundida com uma visão individualista, mas historicamente esse "fazer para si mesmo" pode ser entendido, também, pela sua relação com o coletivo.

a credibilidade e impedindo que cumpram seu indispensável papel no desenvolvimento do país" (DURHAM, 1998, p. 22).

A posição de Eunice Durham deixa claro que a necessidade de mudar a universidade implica também em alterar sua relação com o Poder Público. Porém, uma questão deve ser colocada: **como deve se dar essa nova relação?**

Segundo a própria Durham, essa nova relação deve se dar pela substituição de "controles burocráticos e detalhistas por um sistema que associe a autonomia de execução ao estabelecimento de objetivos e avaliação de desempenho" (DURHAM, 1998, p.22). Em outras palavras, podemos dizer que é a partir da "autonomia plena" que as universidades terão mais liberdade, ou melhor, "flexibilidade", para elas próprias buscarem soluções para "enfrentar a crise". Essa idéia de autonomia demonstra uma profunda modificação na estrutura social das universidades: a partir de agora, o Estado deixa de ser o responsável pela manutenção dessa instituição, utilizando-se para isso a proposta de "autonomia plena".

Essa modificação no caráter da autonomia representa na verdade uma **transformação da estrutura universitária**, que passa a ser concebida como uma **organização social**.

Numa sociedade de mercado, a estrutura básica é a produção e troca de mercadorias. Sendo assim, as instituições do mercado acabam tendo como prática administrativa a necessidade de criar várias normas e critérios que almejem o aumento da produtividade. A proposta de transformação das universidades em organizações sociais representa, na verdade, uma inevitável mudança na "prática administrativa", através da aceitação dos mesmos mecanismos do mercado.

À medida que o modo de produção capitalista passa por uma transformação na sua estrutura de acumulação – a "acumulação flexível" – a idéia de prática administrativa, nos moldes das empresas, acaba se reforçando e ampliando.

As grandes plantas industriais, responsáveis pela produção em massa e que empregavam milhares de trabalhadores, deram lugar a uma produção flexibilizada e muito mais reduzida, o que gerou um aumento dos índices de desemprego em todo o mundo, e isso, somado à necessidade de reduzir os espaços e tempos como condição para o aumento da produtividade do capital, acaba por fragmentar e flexibilizar as estruturas sociais, que devem ser articuladas por meio da administração.

Nesse contexto, em que há um reforço e até mesmo uma ampliação da prática administrativa, a universidade sofre fortes influências do mercado, principalmente no sentido de transformar sua estrutura. Essa rearticulação administrativa

"... transforma uma instituição social numa organização, isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se dá por meio da competição" (CHAUI, 1999, p. 218).

A universidade como uma organização social, tem como **prática social** não mais os interesses de uma *totalidade*, mas o de uma *particularidade*. Idéias como a de gestão, eficácia, competitividade e sucesso, ligadas exclusivamente aos interesses do mercado, atacam a instituição, na medida em que há um **deslocamento do geral para o particular, do interesse de todos para o interesse de uma minoria privilegiada**.

Se ao longo de sua história, a universidade se constituiu como instituição social ligada ao próprio processo de desenvolvimento do conhecimento e dessa maneira conseguiu reconhecimento e legitimidade como um "Locus" de produção, socialização, reflexão e crítica, hoje em dia sua representação é diferente.

Atualmente, as reformas no ensino superior conduzem a um desmonte da instituição universitária, na medida em que a reduzem ao "particularismo". O ataque a uma verdadeira autonomia em nome da qualidade total e da eficiência é uma demonstração de que o neoliberalismo almeja uma **outra função social para a universidade**: a de deixar de ser um espaço de pleno desenvolvimento científico para ser um espaço de preparação de uma mão de obra que não domine a verdadeira produção de conhecimento, e que esteja "preparada" para vender sua força de trabalho ou até mesmo somar-se aos milhões de excluídos.

A instituição social – universidade – como fruto do processo de divisão social, ou melhor, da própria luta de classe, é um espaço de enormes contradições, mas a manutenção desse espaço é e sempre foi extremamente importante para o desenvolvimento da humanidade.

Por isso, a manutenção da universidade como instituição social é premissa para sua sobrevivência, na medida em que a mantém junto às necessidades da sociedade. A transformação de instituição social para organização social acaba deslocando a universidade dos interesses dessa mesma sociedade:

"(...) a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais" (CHAUÍ, 1999, p. 219).

A crescente procura pelo ensino superior no Brasil e no mundo acabou mudando a lógica que o capital tinha para evitar o acesso ao conhecimento: "os mecanismos de seletividade social tendem a ser cada vez menos na entrada, e cada vez mais pelo tipo de instituição e qualidade de ensino que ministra, pelo tipo de curso ou carreira" (FRIGOTTO, 1999, p.177).

No Brasil, a formação da universidade sofreu fortes influências das nossas raízes autoritárias, porém essa situação não impediu e ainda não impede que

vários movimentos e descobertas tenham se iniciado dentro dessa instituição. Agora, o que está em jogo com essas propostas de mudança é algo muito mais profundo, pois o que se pretende, em nome da modernidade, é a mudança no caráter social no qual está instalado o sistema universitário.

2. As propostas do Banco Mundial

Nas últimas décadas, várias transformações no padrão de acumulação do capital vêm acontecendo, e, para o Banco Mundial, é cada vez mais necessário que todos os países do mundo – e principalmente os países da América Latina e do Caribe (ALC) – modifiquem sua maneira de conceber a educação.

A educação, na concepção do Banco, pode ser um importante instrumento de adaptação à economia globalizada, ao crescimento econômico e ao aumento da competitividade. Considerada dessa maneira, os investimentos em educação passam a ser fundamentais para os governos da ALC, pois eles estão ligados a:

“(...) proporcionar una fuerza laboral capacitada y flexible para bien del crecimiento económico, fomentar la cohesión social y promover la democracia, y reducir las desigualdades sociales y la pobreza” (Banco Mundial, 2000, p. 26).

Ao admitir que a educação tem como função “proporcionar uma força de trabalho qualificada e flexível”, constata-se que **uma das linhas mestras do Banco Mundial é a formação de capital humano para o mercado de trabalho**³. Nesse contexto, o espaço escolar é tratado como um local para atualizar habilidades e preparar crianças e jovens para se adaptarem ao mercado. A preocupação é formar uma mão de obra mais flexível, como exigem os novos paradigmas de acumulação do capital.

A educação, vista como um meio de “coesão social e de democracia”, é tratada, neste caso, como um instrumento para criar e fortalecer “espaços democráticos” que podem ser usados pelos governos para “fomentar la capacidad local de administración de servicios sociales” (Banco Mundial, 2000, p. 32). Ao relacionarmos essa idéia de democracia com a forte política de descentralização de funções e responsabilidades, difundida pelo Banco, essa noção de “fomentar a capacidade administrativa local” vem a representar um importante instrumento para desresponsabilizar o governo com suas funções sociais. Um exemplo desse descompromisso é a idéia de os voluntários e da comunidade arrecadarem e gerirem os recursos para as escolas, substituindo, assim, a responsabilidade do Estado.

³ Para melhor entender a teoria do capital humano e principalmente sua crítica é indicada a leitura do livro de Gaudêncio Frigotto - A Produtividade da Escola Improdutiva - no qual são muito bem colocados os verdadeiros objetivos dessa teoria.

A educação concebida como um mecanismo de “redução das desigualdades sociais e da pobreza” é, em primeiro lugar, uma maneira de responsabilizar o indivíduo pela situação de pobreza e exploração em que vive, na medida em que transmite a falsa propaganda de que “se o trabalhador não tem emprego é porque não passou pela escola”; em segundo lugar, é uma forma de acobertar a responsabilidade dos governos e principalmente da classe dominante, que em busca de elevar as suas taxas de lucro aumentam, cada vez mais, a exploração sobre os trabalhadores.

Na concepção do Banco Mundial, os países da ALC devem implementar uma série de reformas em seus sistemas de ensino (do ensino fundamental ao universitário), pois, do contrário,

(...) sus posibilidades de responder al desafío de la competencia internacional dependerán de la rapidez con que puedan diversificar sus economías, actualizar las habilidades de su fuerza laboral actual, y preparar a los niños para adaptarse a las circunstancias económicas cambiantes cuando ingresen al mundo laboral (Banco Mundial, 2000, p. 28).

Essas reformas na educação têm como ponto fundamental a necessidade de mudar a concepção de Estado. Para o Banco, o momento político exige um Estado “eficiente”, quando o assunto é gasto público, e que limite drasticamente a sua intervenção social. Essa visão de Estado ligada a princípios como “eficiência”, “competência” e “produtividade”⁴ é uma demonstração de que o Estado, como todas as suas instituições⁵, deve ser administrado como se fosse uma empresa.

Para os defensores desse ponto de vista, o Estado, centralizador de funções, esbarra na burocratização e na ineficiência. A incorporação de mecanismo do mercado nas instituições públicas é uma maneira de transformar a atual estrutura pública. No que diz respeito à educação essa lógica fica transparente no seguinte trecho:

“La labor de poner estas metas en práctica há tenido efectos significativos y de largo plazo en la educación en la región. Aunque el papel del estado continúa siendo el fomento de la educación básica para todos, va no es el único responsable de impartir la educación propiamente dicha. Los gobiernos locales, comunidades,

4 Tratar critérios de competitividade, eficiência e produtividade como necessidade do mercado, não quer dizer que esses pontos devam ser deixados de lado na elaboração de uma política de produção científica. O problema é que esses pressupostos são empregados, atualmente, para o interesse particular e não para toda a sociedade.

5 Quando digo “as suas instituições” quero fazer referência a setores como educação, saúde, transporte, entre outros.

familias, personas individuales y el sector privado comparten ahora esa responsabilidad. Los responsables de formular las políticas educacionales están redefiniendo las responsabilidades de los gobiernos locales y centrales y fomentando el desarrollo de procesos nuevos para la toma de decisiones, tales como descentralización, autonomía escolar, privatización, y participación y evaluación comunitaria de las instituciones educacionales. Sin embargo, es demasiado pronto para saber la forma que el sector de educación va a tomar en la era del estado reinventado.” (Banco Mundial, 2000, p. 33).

Na avaliação do Banco a implementação das reformas, colocada em prática pelos governos da ALC, tem possibilitado um grande avanço na educação. Esse “avanço na educação” é explicado por reformas que conduziram à descentralização, à autonomia e à privatização.

A descentralização, considerada como um fortalecimento dos “espaços democráticos” é, também, um mecanismo para repassar responsabilidade dos governos centrais – união – para os locais e, principalmente, para as comunidades.

Já a autonomia, entendida como um dispositivo legal, permite às instituições públicas competirem no mercado para conquistarem recursos privados complementares aos reduzidos recursos públicos.

A privatização do ensino, por sua vez, segue dois caminhos prioritários: o primeiro é o enorme incentivo dado ao crescimento das instituições particulares de ensino; o segundo, a própria cobrança de taxas de matrículas e até mesmo de mensalidade, como já acontece em várias universidades da ALC.

Sobre os pilares da **descentralização - autonomia - privatização** é que o Banco Mundial vem interferindo nas políticas públicas de educação dos países da ALC e de todo o mundo. Apesar de ser a escola básica o maior centro das intenções do Banco, os outros níveis, médio e superior, são cada vez mais destacados em seus documentos.

No que diz respeito ao ensino superior, segue-se o mesmo ponto de vista já apresentado – de que os investimentos em educação são importantes para o crescimento econômico.

Dessa forma, o Banco admite que as instituições de ensino superior têm como função principal:

(...) capacitar al personal profesional, entre ellos, los gerentes, científicos, ingenieros y técnicos que participan en el desarrollo, la adaptación y la difusión de las innovaciones en la economía nacional. Estas instituciones deben formar nuevos conocimientos a través de la enseñanza y la investigación avanzadas y servir de conducto para su transferencia, adaptación y divulgación (Banco Mundial, 1995, p. 17).

A lógica de que a universidade é um “espaço de capacitação para formação de quadros” e um lugar de “formação de novos conhecimentos através do ensino e da pesquisa” vai orientar a política do Banco Mundial.

As propostas de reformas nas universidades são elaboradas com o intuito de conquistar princípios como **competitividade, eficiência e produtividade**, tão necessários para o mercado. Para o Banco Mundial, os objetivos norteadores dessas transformações são:

“1) Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el establecimiento de instituciones privadas; 2) Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, entre ellas, la participación de los estudiantes en los gastos, y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados; 3) Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior; 4) Adoptar políticas que estén destinadas concretamente a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad.” (Banco Mundial, 1995, p.29).

No que diz respeito à *maior diferenciação das instituições universitárias*, é proposta uma separação entre ensino e pesquisa numa mesma instituição. Essa política é justificada pelo alto custo que esse tipo de instituição tem para o Estado. Dessa forma, essa “diferenciação” deve ser feita com a criação de instituições não universitárias, oferecendo cursos politécnicos, de curta duração (cursos seqüenciais) e programas de educação à distância, e com incentivo ao crescimento de instituições privadas. Para o Banco Mundial, essas medidas podem “contribuir a satisfacer la demanda cada vez mayor de educación postsecundaria y hacer que los sistemas de enseñanza se adecúen mejor a las necesidades del mercado de trabajo.” (Banco Mundial, 1995, p. 31).

Matrículas no Ensino Superior Brasileiro

Ano	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
1981	1.386.792	313.217	129.659	92.934	850.982
1994	1.661.034	363.543	231.936	94.971	970.584
1996	1.868.529	388.987	243.101	103.339	1.133.102
1998	2.125.958	408.640	274.934	121.155	1.321.229
1999	2.377.715	442.835	303.178	87.080	1.544.622

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: Os dados de 1999 incluem os cursos seqüenciais

No Brasil, a política de incentivo ao crescimento de instituições privadas é visível quando analisamos a evolução das matrículas no ensino superior no período de 1981 a 1999. Neste período, as matrículas aumentaram para mais de 1 milhão de vagas, o que representa uma evolução de 71,4% nas matrículas. Desse total, 41,38% na rede federal, 133,8% na rede estadual, 81,5% na rede particular e uma queda de 6,3% na rede municipal. Ainda, sobre o ensino superior é importante destacar que as matrículas no ensino superior privado representam 64,9% do total, um crescimento de 6,47% se comparamos os índices de 1994, quando o então presidente Fernando Henrique assumiu o poder.

Sobre a *diversificação do financiamento e adoção de incentivos para o bom desempenho das instituições de ensino superior*, o Banco Mundial propõe:

a) mobilizar más fondos privados para la enseñanza superior en instituciones estatales; b) proporcionar apoyo a los estudiantes calificados que no pueden seguir estudios superiores a causa del ingreso familiar insuficiente; c) fomentar la eficiencia en la asignación y la utilización de los recursos fiscales entre y dentro de las instituciones estatales.” (Banco Mundial 1995, p. 44)

Para o Banco Mundial, o Estado não deve ser o único responsável pela sustentação do ensino superior. As crises fiscais e as quedas na arrecadação pública são algumas das explicações fornecidas pelo Banco para demonstrar que o Estado não tem condições de arcar com o financiamento de projetos de pesquisa e até mesmo com a graduação. Por isso, a universidade necessita de “autonomia plena”⁶ para buscar os seus próprios recursos, seja com grandes empresas ou com a contribuição dos estudantes.

A idéia de “diversificação dos recursos financeiros” exige da universidade mudanças na sua estrutura fundamental. As universidades passam a ter como **finalidade primeira** o atendimento das demandas exigidas pelos setores produtivos e o **seu foco de atenção prioritário** passa a ser o de atender os problemas enfrentados pelo mercado. Na maioria das vezes, a lógica do mercado está sempre ligada aos interesses de uma minoria em detrimento de uma maioria. Sendo assim, a implementação dessa visão mercadológica da universidade acaba beneficiando uma concentração ainda maior da produção científica do país.

Um outro fator apresentado pelo Banco Mundial como base para uma reforma universitária é a *redefinição do papel dos governos*. Seguindo a linha de raciocínio de que a gestão deve acompanhar as modificações trazidas pela sociedade globalizada, é proposto que sejam rompidas as amarras do Estado e que a universidade se organize sobre um novo padrão de gestão mais flexível. Essa posição é demonstrada no seguinte trecho:

⁶ Essa idéia de “autonomia plena” foi defendida por Eunice Durham para designar a “liberdade” que a universidade deve ter para buscar recursos junto à iniciativa privada. Essa visão de autonomia está ligada diretamente à idéia de competência e eficiência presentes nos discursos daqueles que defendem reformas no ensino superior brasileiro.

El gobierno, en lugar de ejercer una función de control directo, tiene ahora la tarea de proporcionar un ambiente de políticas favorable para las instituciones de nivel terciario, tanto públicas como privadas, y de emplear el efecto multiplicador de los recursos públicos a fin de estimular a estas instituciones a que satisfagan las necesidades nacionales de enseñanza e investigación." (Banco Mundial 1995, p. 62).

Por fim, o Banco Mundial apresenta orientação sobre a necessidade de adotar medidas que busquem manter e superar os atuais índices de "qualidade, equidade e adaptabilidade ao mercado do ensino superior".

Essa preocupação com os índices de qualidade e equidade deve ser entendida a partir da necessidade que o atual processo de acumulação de capital tem em produzir capital humano e novas tecnologias necessárias para a sua reprodução. Dessa forma, a busca por qualidade e equidade está ligada a uma forte adaptabilidade aos interesses do mercado.

Para Pablo Gentili essa:

"(...) euforia pela qualidade (expressa também como a euforia na excelência) deriva-se tanto de uma série de transformações profundas no contexto produtivo como da conseqüente necessidade empresarial de adaptar-se competitivamente às novas condições criadas por tais transformações /.../ O principal elemento regulador deste processo é a já mencionada necessidade de assegurar mecanismos favoráveis de adaptabilidade, ajuste e acomodação a um mercado em mutação". (GENTILI, 1999, p. 132).

A chamada "euforia pela qualidade" identificada por Pablo Gentili pode levar a uma inversão prejudicial ao livre desenvolvimento educacional. O sistema de educação deve manter sua autonomia, pois, do contrário, esse critério de adaptação e ajuste ao mercado torna-se "profundamente negativo (antidemocrático e dualizante)" (GENTILI, 1999, p.132).

Uma análise da política do Banco Mundial indica que o princípio condutor é o da **adaptabilidade da universidade às necessidades que o mercado estabelece frente ao processo de acumulação flexível**. As universidades são então transformadas em organizações sociais, com a finalidade de ajudar no processo de reprodução do capital.

Garantindo-se uma estrutura flexível imposta de cima para baixo por uma "falsa concepção de autonomia" frente ao Estado, o Banco propõe que as universidades incorporem critérios de avaliação e de desempenho necessários para mercado. Ao mesmo tempo, mantém uma estrutura ligada ao conservadorismo e ao atraso, na medida em que impede o verdadeiro desenvolvimento democrático dessas instituições e monopoliza a produção de conhecimento em torno dos centros econômicos.

Em busca da eficiência, da produtividade e da competitividade a política do Banco Mundial, implementada pela maioria dos países do mundo, acaba sendo um obstáculo para que o processo de produção do conhecimento seja de fato desenvolvido nas universidades. A universidade, nessa concepção, acaba perdendo o seu principal objetivo, que é o de ser **um espaço de produção do saber, da crítica e da ciência**.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Márcia Ângela. "Sistemas Universitários na América Latina e as Orientações Políticas de Agências Internacionais". In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- BANCO MUNDIAL. *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. 1. ed. em espanhol. Washington: Banco Mundial, 1995.
- _____. *El Conocimiento al servicio del desarrollo*. Madri: Mundi-Prensa, 1998-1999.
- _____. *Documento Estratégico del Banco Mundial: La Educación en América Latina y el Caribe*. Versão em espanhol (borrador).
- CHAUÍ, Marilena. "A universidade em ruínas". In: TRINDADE, Hélgio (org.). *Universidade em Ruínas: na República dos professores*. 2. ed. Petrópolis: Vozes e Cipedes, 1999.
- _____. "Introdução: A universidade na sociedade". In: _____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001a.
- _____. "Ventos do progresso: a universidade administrada". In: _____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001b.
- _____. "Modernização versus democracia". In: _____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001c.
- _____. "Vocação política e vocação científica da universidade". In: _____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001d.
- _____. "A questão da autonomia". *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001e.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. 1. ed. atual. ampl. São Paulo: Xamã, 1996.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. "A Política para o Ensino Superior Brasileiro ante o Desafio do Novo Século". In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da Escola Improdutiva*. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

- _____. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 1995a.
- GENTILI, Pablo A. A. "o discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional". In: GENTILI, Pablo A. A. & SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GUADILHA, Carmen García. *Conocimiento, educación superior y sociedad en América Latina*. 1. ed. Caracas: Nueva Sociedad/CENDES-UCV, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. 10. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis. "Tendências do ensino superior diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil". In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). *Universidade na América Latina: tendências e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1996.
- LICHA, Isabel. "Mudanças no sistema de pesquisa das universidades: implicações para a América Latina". In: PAIVA, Vanilda & WARDE, Mirian Jorge (orgs.). *Dilemas do Ensino na América Latina*. Campinas, Ed. Papyrus, 1994.
- PAIVA, Vanilda, WARDE, Mirian Jorge. "Anos 90: O Ensino Superior na América Latina". in: PAIVA, Vanilda, WARDE, Mirian Jorge (orgs.). *Dilemas do Ensino na América Latina*. Campinas, Ed. Papyrus, 1994.
- TRINDADE, Hégio. "Universidade, Ciência e Estado". In: TRINDADE, Hégio (org.). *Universidade em Ruínas: na República dos professores*. Petrópolis: Ed. Vozes/ Rio Grande do Sul: Cipedes, 1999a.
- _____. "As universidades frente à estratégia do governo". In: TRINDADE, Hégio (org.). *Universidade em Ruínas: na República dos professores*. Petrópolis: Vozes / Rio Grande do Sul: Cipedes, 1999b.